

# negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 17 de outubro de 2022 | Diário | Ano XVIII | N.º 4849 | € 2.80  
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

**JAIME C. ESTEVES**  
Este OE assenta em vários  
“Cês” e em alguns “Ses”  
OPINIÃO 30



**L. MARQUES MENDES**  
Costa e Medina têm medo  
de uma nova bancarrota  
OPINIÃO 31



Publicidade

CONVERSA CAPITAL **FERNANDO MEDINA**

## “Validade do acordo é total”, mesmo com crise

Ministro das Finanças diz que não fará “brilhantes a todo o custo” e avisa que a fiscalidade não resolve a questão dos juros no crédito à habitação.

PRIMEIRA LINHA 4 a 10



Pedro Catarino

**BA&N**  
Communications Consultancy  
Communications consultancy designed to deliver results.  
[www.ban.pt](http://www.ban.pt)

**investidor privado**

**10€**  
medidas que vão mexer com o IRS das famílias em 2023

Publicidade

## Almofada para pensões sob pressão dos mercados

Desvalorização da dívida pública e das ações ameaça metas do Governo, inscritas no OE, para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. **ECONOMIA 14 e 15**

### Turismo

Sonae avança com projeto em zona sensível de Troia

EMPRESAS 16 e 17

### Impostos

Carros elétricos antigos vão pagar tributação autónoma

ECONOMIA 12 e 13

### Aviação

Falta de aviões leva TAP a prolongar três contratos

HOME PAGE 2

## idealista

A app imobiliária líder em Portugal

**PREPARADO PARA O ÚLTIMO DESAFIO DO ANO?**

**31 DEZEMBRO LISBOA . 10H00**

**10** KM CORRIDA  
**5** KM CAMINHADA  
**500M** CORRIDA CRIANÇAS

**OFERTA 12€**

**SAO SILVESTRE 2022**

El Corte Inglés  
POWERED BY Record LISBOA

INSCREVE-TE JÁ EM [SAOSILVESTREELCORTEINGLES.RECORD.PT](http://SAOSILVESTREELCORTEINGLES.RECORD.PT)



## CONVERSA CAPITAL

FERNANDO MEDINA MINISTRO DAS FINANÇAS

# “Validade do acordo é total”, mesmo com crise

Apesar da cláusula de salvaguarda que prevê a sua reavaliação, o acordo mantém-se, até em caso de recessão, avisa o ministro das Finanças. Mesmo com as medidas do OE, Medina admite que parte da população perde poder de compra.

SUSANA PAULA  
susanapaula@negocios.pt  
ROSÁRIO LIRA, ANTONIA  
PEDRO CATARINO  
Fotografia

Uma eventual recessão não será motivo para rasgar o acordo de rendimentos, frisa o ministro das Finanças. Em entrevista ao Negócios e à Antena 1, Fernando Medina admite ainda que haverá perdas de poder de compra para parte da população em 2023, apesar da “panóplia” de medidas previstas na proposta de Orçamento do Estado (OE).

**A perda de poder de compra em 2023 continua a ser uma grande dúvida, mesmo com o OE e o acordo de rendimentos. Era possível ter ido mais longe?**

Este acordo é da maior importância entre os parceiros e o Governo, relativamente a aspetos centrais da política de rendimentos que estabiliza as expectativas, dá previsibilidade às famílias e às empresas.

**Mas na prática não determina o aumento salarial.**

Mas nós não vivemos numa economia planificada em que o Estado dá ordem às empresas sobre como agir. Os aumentos salariais estão a acontecer este ano.

**O Banco de Portugal fala em 6,5%, em termos nominais.**

É relativamente às pessoas que mudam de empresa os aumentos têm sido superiores. Este [acordo] é um compromisso em que as confederações empresariais dizem: nós consideramos que ter recursos humanos cada vez

mais qualificados [é importante e por isso] nós acompanharemos esse processo com aumento de remunerações [como as] descritas. Haverá empresas que farão mais, empresas farão um pouco menos, no geral este é um caminho que se vai fazendo em direção ao que está ali definido. Não se trata nem de uma generosidade, nem de um número na lateral de um papel.

**Tem consequências. Abranda o consumo, por não compensar as perdas de poder de compra.**

Não, não tem. O que está previsto no acordo de rendimentos é que haja uma subida do peso dos salários no produto ao longo da vigência do acordo e que se desenvolve em fases diferentes. O primeiro ano com o crescimento de 5,1%, mas nos anos seguintes, com base nos pressupostos que temos, de normalização do processo de inflação, esses valores acabam por ser superiores aos da taxa de inflação desse ano. Depois há um segundo aspeto da maior importância: este acordo envolve um compromisso firme do Governo relativamente às medidas de melhoria de rendimentos. E o acordo, que depois vertemos no OE, inclui instrumentos muito significativos de melhoria dos rendimentos.

**“[O acordo] não é uma generosidade, nem um número na lateral de um papel.”**

**“A avaliação regular do acordo não invalida rigorosamente nada.”**

**Está a falar do IRS.**

A atualização dos escalões, a diminuição da taxa de imposto relativamente ao segundo escalão que afeta todos os escalões a seguir; a correção da profunda injustiça que fazia com que as pessoas de salários mais baixos pudessem ter aumentos de rendimento brutos, mas depois o Estado ficava com todo esse aumento porque a carga fiscal incidia sobre 100%. Isso é eliminado. Estamos a falar de um conjunto de medidas muitíssimo significativo do ponto financeiro que contribuem para a melhoria do rendimento das famílias. Estamos com uma panóplia de instrumentos que não habilita a conclusão de perda generalizada do poder de compra.

**Está a dizer que compensa a inflação de 2022 e 2023?**

Eu disse que não haveria para alguns segmentos de população. Haverá certamente para outros. E falo relativamente ao ano de 2023. Mas alguém consegue ter alguma expectativa realista de que um Governo compense inteiramente as perdas de poder de compra? Os recursos que o Governo tem vêm dos contribuintes, as receitas do Estado são impostos. Como é que

se distribui mais? Qual é a saída da equação que propõe? Que se aumentem o défice e a dívida?

**O primeiro-ministro admitiu no Parlamento que não se ia mais longe para evitar uma espiral inflacionista. Com o acordo acaba por haver uma contenção de salários?**

Este é um acordo de médio prazo, que orienta a evolução das remunerações e das políticas de competitividade. E define uma progressão do peso dos salários no PIB, para chegarmos ao fim de quatro anos e o peso dos salários na riqueza nacional ter subido significativamente. Ao longo do período dos quatro anos, os cenários que estão colocados não são de uma inflação [alta] constante. Há um valor relativo a 2023, 2024, 2025 e 2026, com cenários de inflação mais normalizada na segunda metade da execução do acordo. Aí, o diferencial dos ganhos salariais é significativamente acima do cenário da inflação. O acordo é feito com ponderação, assegura estabilidade e é realista para as condições que o país enfrenta.

**Por isso, o acordo também inclui uma cláusula de salvaguarda. O que é, e cito, uma “alteração substancial das condições económicas” que leve a uma revisão?**

É-me difícil imaginar um exemplo. O acordo é um acordo político de vontades, não é uma lei. Os parceiros entenderam-se de livre vontade e expressaram também cláusulas de monitorização e reavaliação permanentes do acordo, acompanhamento da situação económica, precisamente porque ela é exigente, desafiante, do ponto de vista das políticas – e isso faz



parte do bom senso.

**Qual é a validade do acordo numa situação de inflação mais alta ou de crescimento económico mais baixo?**

A validade do acordo é total. Tem de ser monitorizado e avaliado face às circunstâncias.

**Uma recessão não acaba com o acordo?**

Não, claro que não acaba com o acordo. A avaliação regular de um acordo feito com o prazo de quatro anos é uma questão de bom senso que não invalida rigorosamente nada, nem põe nada em causa. Eu tenho visto esse sentido de preocupação, “mas então depois o acordo não vale”, “há aqui umas notas, mas que são umas intenções e que não são os compromissos”. Não. São compromissos e são voluntários. ■

## “Espero que o BCE tenha prudência na subida das taxas de juro”

O ministro das Finanças alinha com o governador Mário Centeno e espera prudência do Banco Central Europeu no ritmo da subida das taxas de juro. Fernando Medina mostra-se preocupado com os efeitos que uma subida agressiva pode ter na Zona Euro.

**É o contexto externo que limita a capacidade de crescimento da economia?**

No quadro europeu, não só o efeito da guerra, como o efeito da subida das taxas de juro. Nós estamos numa fase agressiva de mudança da política monetária, com

uma rápida subida das taxas de juro, que obviamente tem como objetivo a contenção da inflação e que tem um impacto, naturalmente, de diminuição do ritmo da procura. Por isso, uma preocupação importante para 2023 é evitar que haja uma tensão excessiva entre a política monetária e a política orçamental. Esperando que haja prudência relativamente aos ritmos de subidas de taxas de juro. Porque, a partir de certa altura, o processo acaba por danificar a economia de tal forma que depois torna toda esta equação muito mais difícil.

**Teme que a política monetária do BCE, dada a previsão ainda de taxas de inflação altas no próximo ano, vá além do necessário?**

Espero que não. Eu espero que haja uma visão ponderada, equilibrada. [Mas é] um equilíbrio difícil. O BCE procurou tê-lo durante bastante tempo. Agora iniciou este processo de subida, de forma vigorosa. Quando as economias do centro e do Leste europeu começarem um processo de desaquecimento muito rápido, terá de haver uma visão mais prudente do BCE. Porque senão cometer-se-ia um erro de política grave: estar

a infligir um processo recessivo profundo no centro da Europa com impacto para todo o continente. E espero que o BCE não enverede por essa estratégia.

**Mas ao esperar uma inflação de 4% não está a dizer que o BCE tem de ser agressivo?**

Ter 4% de inflação é uma inflação elevada. Não é uma inflação baixa. Relativamente aos primeiros motores da inflação (energia, fertilizantes, “commodities”), há sinais de estabilização dos preços e em alguns casos até de diminuição dos preços. Claro, também aqui afetados um pouco sobre se eles são cotados em dólares ou não.

PERFIL

### De autarca a ministro das Finanças

Economista com uma extensa carreira política (e peso político) no PS (foi deputado e por duas vezes secretário de Estado), Fernando Medina destacou-se após subir a presidente da Câmara de Lisboa. Depois de ter sido vice-presidente de António Costa, com a pasta das Finanças, Fernando Medina assumiu a liderança da capital em 2015, depois de o agora primeiro-ministro ter renunciado ao cargo para se focar nas eleições legislativas (que não ganhou). Embora tenha vencido em 2017 as eleições autárquicas, isso acabou por não acontecer em 2021, quando Medina perdeu a principal câmara do país para o PSD. Depois foi nomeado ministro das Finanças para o terceiro Governo de António Costa. É visto como um dos possíveis sucessores de António Costa na liderança do PS. Fernando Medina nasceu no Porto, em 1973, e entrou na política pela mão de António Guterres. Depois de vários ministros mais técnicos, Medina tem um perfil político nas Finanças para enfrentar mais uma anunciada crise.

Por outro lado, a inflação subjacente (exclui energia e alimentos) tem aumentado. E por isso é uma questão de ver o tempo em que haverá contenção desses segundos motores do processo inflacionário.

**Na próxima reunião de governadores do BCE, deve ser mantido o ritmo de subida das taxas?**

Não queria emitir agora juízos sobre isso. A apreciação que fiz é uma apreciação de caráter geral, que alinha com o que o governador do banco central, Mário Centeno, tem feito sobre essa matéria, que é alertar para este facto. ■



FERNANDO MEDINA MINISTRO DAS FINANÇAS

# “Não estou aqui para fazer brilharetes a todo o custo”

Medina continua a afastar uma recessão em 2023. Mas admite que pode deixar derrapar o défice se for necessário. O ministro das Finanças deixa críticas à esquerda, mas também recusa brilharetes a qualquer custo.

SUSANA PAULA  
susanapaula@negocios.pt  
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1  
PEDRO CATARINO  
Fotografia

A conjuntura adversa “marca profundamente” a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2023, mas Fernando Medina afasta, pelo menos para já, uma recessão. O ministro das Finanças diz que tem margem para deixar derrapar o défice para apoiar a economia num cenário mais adverso. E deixa críticas a quem defendeu défices mais altos, recusando também uma consolidação orçamental a qualquer custo.

## Este OE é reativo?

Todos os orçamentos são marcados pela conjuntura. Este, em particular, é marcado por uma conjuntura externa que é marcadamente muito adversa – como há muito tempo não conhecíamos –, em consequência do fim da pandemia e do início da guerra. Temos diminuição da confiança, aumento brutal dos preços das matérias-primas e combustíveis, subida das taxas de juro, disrupção das cadeias de abastecimento e, no fundo, o fim de uma era em que a desinflação da Europa que tinha por base a China.

## A preocupação foi responder a essa conjuntura mantendo o país ainda a crescer?

A preocupação primeira é proteger o país. Isto é, procurarmos valorizar os vários elementos de força interna que temos, como a distância face à zona central do conflito, a elevada produção energética de fontes renováveis. Ou o facto de a Península Ibérica, no



que sempre foi uma desvantagem, ter fracas ligações energéticas ao resto da Europa. Neste momento constitui-se uma vantagem, porque já conseguimos reduzir as taxas de crescimento de várias variáveis dos preços energéticos, agora também no gás.

“Este OE é marcado por uma conjuntura externa muito adversa.”

Recessão? “Não devemos procurar através dos cenários construir realidades paralelas.”

que já conseguimos reduzir as taxas de crescimento de várias variáveis dos preços energéticos, agora também no gás.

Ainda assim há quem diga que o cenário macroeconómico é bastante otimista. Tem recusado falar de cenários além do central. Uma recessão é um tema tabu?

Nós procuramos fazer um cenário que é o mais adequado e realista com a melhor informação que temos disponível. O cenário que o Governo apresenta é muito próximo do Conselho das Finanças Públicas.

## Mas distante do FMI.

Não é assim tão distante. O FMI faz previsões na base da ausência de políticas novas. Não in-

corporava o OE.

## É no OE que está a diferença?

Haverá outras de modelização e o FMI tem por regra projecções mais pessimistas do que a realidade depois traduz. Mas a diferença fundamental, que tem significado numérico, é que o Governo tem informação mais atualizada.

## Era possível crescer mais?

Eu tenho uma convicção de que nós não devemos ter grandes estados de alma. Nós temos de analisar a informação que temos, temos de ter capacidade de leitura, mas não devemos procurar através dos cenários construir rea-

“Se a minha opção fosse essa [o brilharete], a meta do défice não seria 0,9%.”

“Temos margem para deixar os estabilizadores funcionar até aos 3%.”

lidades paralelas. Agora, o OE está preparado – e esse é o elemento fundamental – para lidar com cenários mais adversos. Daí o grande esforço que fizemos na redução da dívida e do défice orçamental este ano para podermos ter uma margem para a política orçamental ser uma política anticíclica.

## Isso pode implicar deixar derrapar o défice até onde?

Tudo depende obviamente de dados da economia que eu hoje não posso antecipar. A nossa missão fundamental, na idealização da melhor estratégia de proteção do país, é assegurar-mos que a política orçamental é uma ferramenta que o país tem ao dispor. Isto é, no caso de haver uma crise, poder deixar funcionar os estabilizadores automáticos. Temos margem para o fazer.

## Mas não quer passar os 3%.

Não. Esse é o ponto que eu colocava que é importante. O Estado hoje tem uma margem de deixar funcionar os estabilizadores automáticos até aos 3%, que é uma margem muito importante. Se não tivéssemos feito a estratégia que fizemos, aliás, se tivéssemos corrido atrás das vozes que diziam que o Governo não teria de se preocupar com o défice, pelas regras orçamentais não estarem em vigor, chegaríamos aqui com défices de 3% ou acima. Se a economia abrandasse mais o que é que aconteceria? Estávamos imediatamente já fora de pé. E num contexto em que exporíamos o país a riscos financeiros que neste momento estão afastados.

## Mas está disponível para ir mais além se necessário.

As disponibilidades que um

Governo tem resultam dos impostos que tributa.

## E aumentou a receita fiscal.

Em 2022? Significativamente. E o que fizemos foi devolver esse aumento integralmente.

## Parcialmente.

Não. Nós devolvemos integralmente o que foi o acréscimo da receita de IVA, que é aquela associada à inflação com o programa Famílias Primeiro. São 2.400 milhões de euros. Ainda assim, podia haver uma alternativa, que era o Governo dizer que tem de reduzir ainda mais o défice. Podíamos ter tomado essa opção, seria uma opção política. E a opção que tomámos foi dizer não.

## Não tem necessidade.

Eu sempre fui claro em dizer que não aceitaria ir para uma política, não executaria uma política, que implicasse o aumento do défice para perto dos limites do Pacto de Estabilidade, como os partidos à esquerda diziam. Mas também fui claro em dizer que não estou aqui à procura de fazer brilharetes a todo o custo, de reduzir o défice a todo o custo. Se essa fosse a minha orientação e do Governo, o défice não seria 0,9%, seria muito mais baixo. Sem o programa Famílias Primeiro, o défice poderia estar um ponto abaixo e foi nossa opção que não estivéssemos. Porque é preciso saber gerir com equilíbrio no momento e tempo certos. Fizemos o programa quando tínhamos as receitas e devolvemos essas receitas, porque isso é o que é mais adequado nessa fase. É essa prudência, previsibilidade e confiança que nós podemos garantir nas contas e gestão do país. ■

# Alterações ao OE? “Não vamos negociar com pré-condições”

O ministro das Finanças garante que parte para a negociação da proposta de Orçamento do Estado (OE) no Parlamento sem limitações. “Haverá margem”, assegura Medina.

## Qual é a margem que deixa para aceitar as propostas da oposição?

Haverá toda a margem, todo o empenho. Aliás como já dei provas disso no Orçamento que apresentei e que negociei no Parlamento.

## Foram aprovadas 10% das alterações propostas.

A quantidade é um indicador que em matéria de propostas de alteração orçamentais contam relativamente pouco.

O número não é muito significativo. Interessa é o seu conteúdo e aquelas que têm determinada caracterização. Nós vamos com convicção e com abertura para fazer esse processo de diálogo, de auscultação e de melhoria do próprio Orçamento com os vários partidos.

## Em que áreas estaria disponível, eventualmente, para o diálogo com a oposição?

A quantidade é um indicador que em matéria de propostas não é uma pré-condição com ninguém. Vamos ouvir todos os grupos, todas as propostas sem nenhuma pré-condição ou limitação. ■

# “Há risco não despiçando de uma redução do IVA não chegar às famílias”

## Porque optou por não descer o IVA?

Essa fórmula foi ponderada. A conclusão a que chegámos é que seria melhor devolver rendimentos diretamente às famílias. Porque conseguimos assegurar que o dinheiro chega às famílias. A diminuição do IVA em mercados que não são regulados tem um risco não despiçando: de essa diminuição não chegar ao bolso das famílias e, no fundo, ser comida por aumentos de preços ao longo da cadeia de abastecimento. E por isso nós preferimos concentrar os recursos

no IRS. Temos casos no nosso país em que a redução do IVA não se refletiu no consumidor.

## Na restauração.

A restauração é um exemplo, mas tinha uma componente que o Governo valorizou muito, o emprego. Mas lembro-me do IVA dos ginásios em que essa diminuição fiscal não passou para o consumidor. No mercado alimentar é muitíssimo difícil e por isso não quisemos correr o risco de um esforço fiscal muito grande em algo que podia não chegar às famílias. ■

## Respostas rápidas

### PORTO

Porto é a cidade de origem, de família, amigos.

### LISBOA

É a cidade do coração.

### CORRUPÇÃO

Um cancro que mina a confiança das pessoas nas instituições públicas e nos protagonistas.

### TAP

Uma grande companhia nacional que vai entrar numa nova fase da sua vida.

### SNS

Uma grande conquista da democracia.

### DESORÇAMENTAÇÃO

Uma prática a evitar.

### INCOMPATIBILIDADES

Devem ser acauteladas e devem ser evitadas.

### PODER AUTÁRQUICO

Uma grande conquista da nossa democracia também.

### MÁRIO CENTENO

Um excelente ministro das Finanças e um amigo.

### FAMÍLIA

Sempre primeiro.

### SONHO

Este é prático: conseguir reduzir a dívida para valores na casa dos dois dígitos.

### AMBIÇÃO

O mesmo.

### PORTUGAL

Futuro.



## CONVERSA CAPITAL

FERNANDO MEDINA MINISTRO DAS FINANÇAS

# “A fiscalidade não resolve o problema” da subida dos juros do crédito à habitação

**Ministro das Finanças antecipa um “longo caminho” de custos agravados no crédito à habitação, que, entende, não serão resolvidos pela via fiscal. Medina defende renegociação, sem dar detalhes do novo regime legal.**



**SUSANA PAULA**  
susanapaula@negocios.pt  
**ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1**  
**PEDRO CATARINO**  
Fotografia

nente juro na prestação é maior, e tenha um impacto mais diluído na maior parte dos contratos que compõem a carteira de crédito à habitação.

### Porquê?

São contratos que já estão em estados mais avançados na sua amortização e onde a componente de amortização de capital é maior. E, por isso, o impacto das taxas não é o mesmo. Temos hoje em Portugal um “stock” de volume de crédito à habitação de cerca de 94 mil milhões de euros. Cerca de 90% dos contratos têm prestações até 400 euros por mês. Cerca de metade dos contratos têm prestações até 280 euros por mês. E, por isso, o efeito da subida das taxas é desigual. É menos intenso relativamente à generalidade dos contratos, que são contratos com mais duração e que são cerca de 1,4 milhões de contratos. Por isso, o impacto é menos severo e menos expressi-

vo. É mais expressivo nos novos.

### Anunciou que o Governo está a preparar um novo regime de renegociação dos contratos.

Nós estamos a preparar um instrumento legal que visa enquadrar e determinar as formas do processo negocial, que se deve estabelecer entre clientes e os bancos, em caso de maior risco de aumento da taxa de esforço das famílias, que permita um conjunto de instrumentos. Vários, aliás, já estão a acontecer na negociação direta de “spreads”. Mas com dois elementos muito importantes: soluções que, dentro do quadro regulatório europeu, não classifiquem as famílias como em incumprimento e não coloquem do lado dos bancos créditos considerados incobráveis.

### Já definiram a taxa de esforço que será aceitável?

Estamos a trabalhar com o

Banco de Portugal e a Associação Portuguesa de Bancos. Temos de conseguir criar um quadro negocial que seja favorável para as famílias, mas temos de ter uma atenção particular de não correr o risco de utilizar determinados instrumentos e imposições no processo negocial que depois obriguem, pelas regras que estão impostas aos bancos portugueses, à marcação dos clientes em incumprimento e os créditos, do lado dos bancos, com “non-performing” (malparado). Isso seria altamente penalizador, em primeiro lugar, para as famílias. A nossa preocupação é prevenir o incumprimento.

### Qual é a perceção da banca?

Os sinais que tenho recebido do sistema financeiro são de empenho para encontrar respostas e podermos enfrentar este momento de subida de taxas. Tem havido uma atitude construtiva, uma consciência de que encontrarmos

caminhos é do interesse de todos.

### O Governo não podia ter ido mais além e permitido a dedução de juros em IRS?

Fundamentalmente, esta matéria tem de ser resolvida dentro de um quadro negocial, de clientes e de bancos. Em segundo lugar alerta para o seguinte: temos um volume de crédito de 94 mil milhões de euros.

### Mas como acabou de referir, o perigo é nos mais recentes e os mais recentes não têm esse valor. Estamos a falar aqui apenas de uma condição especial?

Além de a questão fiscal não resolver o problema prático porque, aliás, só teria impacto no ano seguinte. Acho que temos um longo caminho a percorrer. Há um longo caminho a percorrer nessa relação comercial e no estabelecimento dos canais que não passam por soluções de natureza fiscal. ■

A dedução dos juros em sede de IRS não é a solução para o aumento dos custos das famílias com o crédito à habitação, defende o ministro das Finanças. Fernando Medina defende que a solução passa por evitar o incumprimento das famílias. Governo e setor bancário estão a preparar um mecanismo de renegociação nesse sentido – mas o ministro ainda não avança detalhes.

### Qual é a estimativa do Governo para o impacto das taxas de juro no mercado imobiliário?

É difícil antever. É normal que a subida das taxas de juro tenha um efeito e maior impacto relativamente ao que são os contratos mais recentes, em que a compo-

## CONVERSA CAPITAL

## FERNANDO MEDINA MINISTRO DAS FINANÇAS



“Portugal hoje já está encostado ao pelotão dos países [menos endividados] seguintes.”

“Salários mínimos vão entrar progressivamente no sistema de IRS, mas não quer dizer que paguem impostos.”

“Há épocas em que a concertação tem um papel mais forte, outras em que não.”

“O investimento será muito superior [em 2023] pela simples evolução do ritmo de desenvolvimento de projetos.”



FERNANDO MEDINA  
EM DISCURSO DIRETO

## Dívida pública Portugal pode deixar pelotão já em 2022

Parece certo que Portugal sairá em breve do top 3 dos países mais endividados da União Europeia. Resta saber quando, mas o ministro das Finanças admite que isso pode acontecer já este ano. “Portugal hoje já está encostado ao pelotão de países seguintes”, disse Medina. Ou seja, se até aqui estava isolado com Grécia e Itália, com a redução da dívida para cerca de 115% do PIB este ano (e de 110% no próximo), parece estar agora próximo de Espanha e França – países que, apesar da dívida pública elevada, têm menos pressão dos mercados. O ministro das Finanças considera que esse é “um dos grandes feitos” da sua gestão em 2022 – com impactos na margem orçamental para lidar com uma eventual crise económica no próximo ano. E recusa que a dívida pública tenha descido apenas pela inflação. “Foi o segundo fator. O primeiro foi o crescimento e o terceiro é o saldo primário”, destacou. ■

## Concertação social Parceiros sociais têm agora mais força

O ministro das Finanças desvalorizou as críticas que dizem que um acordo de concertação social, refletido em medidas da proposta de OE, menoriza o Parlamento. “Um acordo de concertação social valoriza, é importante para o país”, defendeu. Sobre o facto de no passado recente a opção do anterior Governo de António Costa ter sido diferente, Fernando Medina admitiu que “há épocas em que a concertação tem um papel mais forte, outras em que não tem tão forte e depende muito das circunstâncias”. Recorde-se que, em 2021, o Governo negociou alterações ao Código do Trabalho primeiro com os parceiros parlamentares, PCP e Bloco de Esquerda, o que levou os parceiros sociais a abandonar a concertação. “Este Governo tem um enorme empenho em que a concertação desempenhe um papel importante e ativo e este acordo é o melhor sinal que se pode dar ao país”, sublinhou o ministro. ■

## Salário mínimo Entrar no IRS pode não implicar pagar imposto

A reforma do mínimo de existência que integra o pacote de medidas no IRS na proposta de Orçamento do Estado (OE) do próximo ano pode fazer com que quem recebe o salário mínimo deixe de estar isento do imposto a partir de 2024. Mas isso não quer dizer necessariamente que paguem IRS. Segundo o ministro das Finanças, a partir de 2024, o mínimo de existência “será fixado do ponto de vista da sua relação com os 760 euros e progressivamente as pessoas vão entrando no sistema de IRS”. No entanto, ressalva Fernando Medina, isso “não quer dizer que paguem impostos, quer dizer que entram dentro do sistema de IRS”. O ministro deu depois um exemplo: “Como quem entra no sis-

tema de IRS tem acesso imediato a deduções familiares de 250 euros, fica-se relativamente longe de poder vir a ser sujeito a tributação.” Deduções essas que dependem de consumo. Por outro lado, o ministro considerou que “a entrada dentro do sistema é uma opção política, que não só é defensável como é desejável”. Isto pelos ritmos de atualização do salário mínimo que muito significativos. Em causa está o objetivo de chegar a 2026 com um salário mínimo de 900 euros – e que Medina diz esperar que continue a aumentar. “Crescentemente, são pessoas que têm rendimentos que têm de vir a ser integrados dentro do sistema fiscal”, defendeu o ministro das Finanças. ■

## Investimento Aceleração assente nos transportes públicos

O ministro das Finanças justifica a aceleração do investimento público pela execução de projetos relacionados com os transportes públicos. É o exemplo da ferrovia, mas também dos metropolitanos de Lisboa e do Porto. Fernando Medina defende-se da fraca execução de investimento público – nomeadamente do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – pela própria forma como os projetos com fundos europeus funcionam. “A execução dos ciclos de investimento em fundos comunitários não segue uma trajetória linear ao longo do seu período de execução”, começou por descrever. Se começam com ritmos lentos, estes projetos ganham depois tração, e passando os dois

primeiros anos, “começam a acelerar muito o ritmo de execução”, descreveu, na entrevista ao Negócios e à Antena 1. Também desvalorizou os atrasos nas agendas mobilizadoras, considerando que, depois da fase concursal, “as empresas não vão colocar tudo no terreno num dia”. Por estes motivos, insistiu, o país está a entrar agora “em fases mais avançadas da execução e isso é uma dimensão do investimento público, mas também do privado” que terá impactos no crescimento económico previsto para o próximo ano. Recorde-se que, desde 2016, nenhuma meta de investimento público inscrita no OE foi alcançada. Desde então ficaram mais de 5 mil milhões por executar. ■





# PÓS-GRADUAÇÃO EM FISCALIDADE AVANÇADA

**LAST CALL!**

Candidaturas em [www.isg.pt](http://www.isg.pt)

**CORPO DOCENTE ALTAMENTE QUALIFICADO  
E MULTIDISCIPLINAR, ACADÉMICOS E  
PROFISSIONAIS COM LIGAÇÃO AOS  
MERCADOS, ESPECIALISTAS DA  
AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA**

## **Horário:**

Pós-Laboral - POSSIBILIDADE 100% ONLINE

Terça | Quinta: 18h30 - 22h00

## **Duração:**

9 meses - 183 horas | 35 ECTS

## **Data prevista de início:**

03 de novembro 2022



| 969 844 241



| [posgraduacoes@isg.pt](mailto:posgraduacoes@isg.pt)